

Exame de Teoria da Norma Jurídica

Turmas A e B

Época especial 25/3/2015

1. Joana fica assustada pelo facto de ter lido notícias segundo as quais determinados modelos de antenas de transmissão de Televisão Digital Terrestre seriam prejudiciais para a saúde devido às radiações que as mesmas emitem. Joana e o marido vivem numa casa geminada e as duas casas contíguas à sua utilizam aquele mesmo modelo de antena.

Joana intenta uma ação em tribunal contra os proprietários dos imóveis em causa pretendendo a remoção das referidas antenas, invocando para tal o artigo 1346.º do CC.

O juiz considera que o referido artigo não se pode aplicar neste caso por estar em causa uma situação não prevista aquando da sua criação, pelo que a emissão de radiações por este tipo de antenas não pode ser considerada um “facto semelhante”.

Joana não se conforma com esta decisão e, sabendo que muito tem lido sobre teorias clássicas e realistas de interpretação das normas, pede o seu conselho para elaborar a melhor estratégia para o recurso desta decisão. **(6 valores)**

2. Proceda às seguintes distinções (até meia página de exame):

a) Distinga normas dispositivas de normas injuntivas, exemplificando com regras do Código Civil **(3 valores)**

b) Distinga ficções legais de presunções legais, exemplificando **(3 valores)**

3. A Lei n.º 63/2011, de 14 de Dezembro aprovou a nova lei de arbitragem voluntária, modificando diversos artigos do Código do Processo Civil. O artigo 5.º da nova lei estabelece o seguinte: “É revogada a Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto -Lei n.º 38/2003, de 8 de Março, com excepção do disposto no n.º 1 do artigo 1.º, que se mantém em vigor para a arbitragem de litígios emergentes de ou relativos a contratos de trabalho”. Contém ainda, no seu artigo 3.º, a seguinte regra: “A presente lei entra em vigor 3 meses após a data da sua publicação”.

a) Considera ter existido uma revogação? Se a sua resposta for afirmativa, qualifique essa revogação. **(3 valores)**

b) Qual o período de *vacatio legis* da Lei n.º 61/2008 e que função tem? **(3 valores)**

4. Em Março do corrente ano, Santiago Almeida foi apanhado a rasgar uma pintura de Paula Rego exposta na *Casa das Histórias* em Cascais. Santiago foi detido por Jorge Fonseca, visitante do museu que, na ausência de qualquer funcionário da Casa das Histórias e procurando impedir Santiago de continuar a rasgar a pintura com um canivete suíço, o procura imobilizar. Santiago reage violentamente, agredindo Jorge por considerar que este não tem qualquer autoridade uma vez que o quadro não é seu mas da *Casa das Histórias*.

Jorge considera dever ser ressarcido dos danos físicos sofridos por causa da agressão de Santiago. Um amigo advogado disse-lhe que poderia ser ressarcido por se tratar de um caso de ação direta mas Jorge dirige-se a si pretendendo obter uma segunda opinião sobre o seu caso.

Que parecer lhe daria? **(2 valores)**

Duração: 2 horas e 30 minutos

Boa sorte!

Cláudia Trabuco

Vera Eiró